

# Bancos privados elogiam medidas.

## Bradesco prevê liberar R\$ 10 bi

Para analistas, porém, efeito será maior para Banco do Brasil e Caixa

*Economia - Brasil*

ANA PAULA RIBEIRO,  
JOÃO SORIMA NETO E  
LUCIANNE CARNEIRO  
economia@oglobo.com.br

**SÃO PAULO E RIO-** As medidas anunciadas ontem pelo Banco Central (BC) para estimular a oferta de crédito foram elogiadas pelos presidentes das maiores instituições financeiras privadas do país, normalmente avessos a falar com a imprensa. As alterações, que para os bancos representam mais recursos livres para emprestar ou aplicar, devem ser benéficas a médio prazo. O Bradesco, por exemplo, calcula que, com a mudança na exigência de capital mínimo para operações com prazo superior a 60 meses, possa liberar R\$ 10 bilhões para financiamentos. A curto prazo, porém, esse efeito deve ser limitado pela menor demanda por empréstimos.

Segundo especialistas, o impacto das medidas deve ser maior entre os bancos públicos, que vêm tendo forte participação na oferta de crédito e se beneficiam com a liberação dos recursos.

Para Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco, as medidas têm o potencial de reduzir os *spreads* (diferença entre a taxa pela qual o banco capta recursos e a que ele cobra do cliente final) a médio prazo, mas ele não se comprometeu com nenhuma redução imediata das taxas.

— O aumento da liquidez reduz o preço da mercadoria. Então pode até ter uma certa queda nos *spreads*, porque o sistema vai ter um volume maior de recursos para emprestar — disse Trabuco, acrescentando que o Bradesco pode acabar comprando carteiras de crédito das instituições menores, o que também elevaria o volume de recursos disponíveis para esse grupo de bancos.

### ITAÚ PREVÊ ALTA NO CRÉDITO

Roberto Luís Troster, ex-economista da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), acredita que as medidas do BC tem eficácia limitada na redução dos *spreads*:

— O potencial disso ocorrer é pequeno, mas essa po-



**Impacto.** Para Trabuco, presidente do Bradesco, juros finais podem cair: "Pode até ter uma certa queda nos 'spreads'".

### Opinião

## PONTO MORTO

NA ATA da última reunião do Copom, o Banco Central afastou temores de que reduziria os juros, mesmo com a inflação um pouco acima do limite superior da meta.

O OBJETIVO seria reanimar

a economia. Mas não conseguiria, e ainda estimularia a inflação.

COMO O BC também não elevará os juros, entrou-se em ponto morto. Resta esperar o fim do governo.

de ser a primeira de uma série de medidas, aí sim.

Já na avaliação do presidente do Itaú Unibanco, Roberto Setubal, as medidas poderão favorecer segmentos em que a disponibilidade de recursos está mais limitada.

As medidas também foram bem recebidas por Jesús Zabalza, presidente do Santander Brasil, que espera reflexos positivos na atividade econômica, especialmente pelo fortalecimento das instituições financeiras de menor porte, "muitas em franca vocação para o crédito". O presidente da

Febraban, Murilo Portugal, espera melhora de crédito para pequenas e médias empresas.

Já o presidente da Associação Brasileira dos Bancos (ABBC, que representa as instituições de menor porte), Manoel Cintra, não espera grandes mudanças a curto prazo. Isso porque os bancos não têm problemas de liquidez, e a restrição do crédito se deve às condições macroeconômicas e à menor demanda dos consumidores:

— O mercado de crédito também está mais seletivo.

O economista da Franklin Templeton Vagner Alves afirma

que, com o baixo nível de confiança da economia, deve demorar até que os bancos privados se disponham a ampliar a concessão de empréstimos. Para ele, os bancos públicos é que responderão mais rapidamente:

— O endividamento ainda está elevado. As mudanças terão impacto marginal no crédito. Esse efeito deve ocorrer via bancos públicos, que com as novas regras podem acelerar a concessão dos empréstimos.

O presidente da Canepa Asset Brasil, Alexandre Póvoa, endossa essa avaliação:

— Talvez haja alívio principalmente em Banco do Brasil e Caixa, que tomaram parte do crédito que tinha sido deixado pelos bancos privados e têm hoje o capital mais comprometido.

Para o economista Joaquim Elói Cirne de Toledo, a medida que mais faz sentido é a que altera a ponderação de risco para operações acima de 60 meses:

— Uma operação na qual faltavam apenas duas prestações para ser quitada tinha uma ponderação de risco muito maior que uma operação nova de 20 meses. ●

Colaboraram Clarice Spitz e Henrique Gomes Batista

PAULO FRIDMAN/BLOOMBERG/3-8-2009